

**11. EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO" – CPE.9.20.DMOSM:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal para aprovação as propostas constantes do Relatório Final de avaliação e ordenação das propostas da empreitada em epígrafe, incluindo a adjudicação da empreitada à Empresa **COSTEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.**

Propõe-se ainda para aprovação a minuta do contrato a celebrar com o adjudicatário.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

À Diretora da DMOSM,

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup> Diretora.

O Diretor do DOM,

Despacho:

A → do Est. de

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/03/16

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

## RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

### **I - IDENTIFICAÇÃO E INTRODUÇÃO:**

Identificação do procedimento:

**Concurso Público: CPE.9.20.DMOSM**

**Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO".**

**Preço base (Pb): €1.269.709,75 (um milhão duzentos e sessenta e nove mil setecentos e nove euros e setenta e cinco cêntimos) (sem IVA).**

**Prazo máximo de execução da empreitada: 365 (dias).**

**Reunião realizada em: 01/02/2021**

Reunião efetuada em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **6354/2020**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 116, de 17 de junho de 2020, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

**II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:**

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

O concorrente M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A, manifestou a sua discordância com a pontuação e graduação das propostas vertidas no Relatório Preliminar, apresentando a reclamação, que se anexa.

O júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos motivos adiante descritos:

- O programa do concurso público para a formação do contrato de empreitada de *“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”*, estabelece como critério de adjudicação o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *«melhor relação qualidade-preço»* previsto na alínea), do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por ponderação de dois fatores:

- i. O preço (70%); e
- ii. A valia técnica da proposta (30%), compreendendo dois subfatores;
  - a. A metodologia (50%);
  - b. Programa de trabalhos (50%).



Aqueles aspetos são, assim, os únicos fatores que densificam o critério de adjudicação e que, como tal, abrangem todos, e apenas, os aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, como decorre do imposto pelo n.º 1 do artigo 75.º do aludido *Código dos Contratos Públicos*.

Ora, quando neste tipo de procedimento pré-contratual é escolhido a modalidade multifator para a adjudicação do contrato, o artigo 139.º do *Código dos Contratos Públicos* impõe a adoção e divulgação de um modelo de avaliação das propostas. Na construção desse modelo assume relevância muito particular o n.º 3 do referido artigo 139.º. Diz-se ali o seguinte:

**«Para cada fator ou subfator elementar deve ser definida uma escala de pontuação através de uma expressão matemática**

*ou*

**em função de um conjunto ordenado de diferentes atributos suscetíveis de serem propostos (...).**»

O *Código dos Contratos Públicos* oferece, assim e portanto, duas opções distintas para a construção do modelo de avaliação das propostas pelas entidades adjudicantes:

- i. Uma **expressão matemática** (solução adotada no concurso para a avaliação do fator preço);
- ii. Um **conjunto ordenado de atributos** (solução adotada no concurso para a avaliação do fator *valia técnica*).

A avaliação das propostas construída a partir da organização e hierarquização de atributos suscetíveis de serem propostos não só é, portanto, possível e legítima, como pode e deve estar sustentada numa escala de pontuação. Essa solução permitirá fazer corresponder a uma avaliação qualitativa uma referência quantitativa. Essa foi, precisamente, a solução metodológica gizada pela entidade adjudicante na construção do processo de avaliação do fator **«valia técnica»**.

Não obstante, a formulação aplicada pelo n.º 3 do artigo 139.º do CCP é muito concreta: a metodologia deve indicar o **conjunto ordenado de atributos**. É o mesmo que dizer o conjunto ordenado de *características ou elementos* (artigo 56.º, n.º 2 do CCP).

E o que são essas características ou elementos?

São as *“prestações ou tarefas concretamente definidas (pela sua espécie, qualidade e quantidades e por quaisquer outros elementos ou características) que, em relação aos aspetos de execução do contrato submetidos à concorrência (...) os concorrentes se*

*propõem fazer à entidade adjudicante” (In Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública, Mário e Rodrigo Esteves de Oliveira, Almedina, pág. 584). Como sublinha a doutrina, o atributo é aquilo que singulariza uma proposta das demais e que vai traduzir o modo concreto como um concorrente responde ao convite a contratar formulado pela entidade adjudicante” (In Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública, Mário e Rodrigo Esteves de Oliveira, Almedina, pág. 584).*

Se assim é, então a metodologia de análise das propostas, quando construída a partir desta hipótese legal – **conjunto ordenado de diferentes atributos** – tem de apresentar, para cada (de)grau de valorização qualitativa e/ou quantitativa, a identificação das características de execução do contrato ou, no dizer da doutrina, das *prestações ou tarefas concretamente definidas (pela sua espécie, qualidade e quantidades e por quaisquer outros elementos ou características)*.

Nestes casos, portanto, a metodologia de avaliação tem de ser construída e ter como suporte diferentes características ou propriedades alternativas para a prestação pretendida do adjudicatário. Afigura-se-nos, por isso, que este modelo só é de apresentação objetivamente exequível se consubstanciar, na prática, para cada juízo qualitativo ou referência quantitativa, uma **proposta-modelo**, uma **proposta-referência**. Será, então, a partir de diferentes descrições de características suscetíveis de serem propostas que se formulará uma hierarquia de juízos e, correlativamente, se atribuirá a respetiva pontuação.

As diferentes *propostas-modelo*, ou seja, as diferentes enunciações de características possíveis para as propostas permitirá hierarquizar e distinguir por mérito as diferentes propostas apresentadas. Com essa base metodológica, cada concorrente poderá optar, na formulação da sua proposta, pelo tipo e modo de prestação (as características concretas, os atributos) a que se deseja vincular. Ao Júri será, então, possível, reportar os atributos de cada proposta apresentada aos atributos compreendidos em cada *proposta-modelo* constante da grelha de descritores, correlacionando-as e fixando a pontuação. Os juízos formulados pelo Júri serão, então, conclusões valorativas (e quantitativas) que resultam já da metodologia, conclusões essas que têm por suporte uma realidade objetiva: a comparação entre as propostas apresentadas pelos concorrentes e as *propostas-modelo* fixadas na metodologia de análise das propostas.

#### **Assim:**

Para análise do fator «**valia técnica da proposta**», o Regulamento de Análise das Propostas estabelece uma hierarquia de descritores. A cada descritor está associada uma pontuação. Para concretizar a avaliação, o Júri terá de subsumir os atributos de cada proposta ao conjunto ordenado de descritores existentes, determinando a sua



inserção nas diferentes hipóteses, culminado com a atribuição da correspondente pontuação.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, tal como indica expressamente o Regulamento de Análise, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 13.º do mesmo Regulamento.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, tal como também indica expressamente o Regulamento de Análise, as propostas serão avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

Apresenta-se ao Júri, portanto, inequívoco que o documento decisivo para a análise das propostas à luz do fator «**valia técnica**» é, então, a memória descritiva e justificativa da metodologia, documento que, *de per si* - ainda que com o contributo dos outros, mas fundamentalmente por si – revelará se estão, ou não, preenchidos os pressupostos correspondentes às interrogações seguintes:

- ✓ O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo?
- ✓ O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra?
- ✓ Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos?
- ✓ Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios?

Do mesmo modo, é através da análise do plano de trabalhos que o Júri responderá às questões-pressupostos enunciadas no artigo 12.º do Regulamento de Análise, determinando se:

- ✓ O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada?
- ✓ O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência?

- ✓ O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento?
- ✓ O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia?

Reavaliando a proposta apresentada pelo concorrente M. Kairos Engenharia e Construção S.A, o Júri reafirma a sua conclusão de que, efetivamente, a proposta da concorrente, mais concretamente da análise da metodologia, o concorrente não apresenta qualquer descrição do faseamento da obra, não identifica ou enuncia as tarefas críticas e não descreve, de forma lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.

O Júri considera, ainda, que não obstante a análise holística da proposta, através da compaginação dos diversos elementos documentais que a compõe, não é possível extrair do plano de trabalhos as características que deveriam constar – e não constam – da metodologia. De facto, a *metodologia* e o *plano de trabalhos* constituem documentos com natureza, características, critérios e funções distintos entre si, motivo pelo qual, embora concorrendo ambos para um mesmo fator, são determinantes na análise autónoma de um dado subfator: porque as suas características e objetivos são os indicados a responder às questões-pressuposto formulados para esse específico aspeto submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

O plano de trabalhos ilustra a sequência e os prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho e os respetivos meios. A metodologia descreve, interpreta, explica, aponta dificuldades, soluções, opções. No fundo, constitui um auxiliar de interpretação do plano de trabalhos e, por essa razão, tem de estar compatível com o plano de trabalhos. Aliás, da análise dos pressupostos de avaliação de cada um dos fatores (*metodologia* e *plano de trabalhos*), resulta evidente que cada documento desempenha uma função autónoma – concorrendo para cada subfator – complementando-se, articulando-se e compatibilizando-se para a pontuação do fator **valia técnica**.

Assim, o Júri não pode considerar a reavaliação pretendida pelo concorrente, nos termos da sua pronúncia em audiência prévia, uma vez que não estão objetivamente preenchidos, no subfator *metodologia*, os pressupostos (1) e (2), dado que a memória descritiva não descreve o faseamento da obra (não o fazendo, também, o plano de trabalhos, que somente o ilustra), também não descrevendo de forma lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, não permitindo considerar preenchido o pressuposto (3).



Relativamente ao exposto nos pontos 60 a 66 a M. Kairos Engenharia e Construção S.A, alega que se verifica uma incongruência/contradição entre a memória descritiva e plano de trabalhos.

A reclamante alude, nos pontos 63 e 64 que, ao contrario do previsto em memória descritiva e justificativa, que o plano de trabalhos prevê que os trabalhos de revestimentos sensíveis (tetos falsos, vinílicos e pavimentos em madeira) sejam executados numa fase anterior à ao final dos trabalhos de colocação de caixilharias e vão exteriores (conclusão 29/04/2021).

Relativamente ao facto invocado, o júri, mais uma vez considerou, por unanimidade, não corresponder aos factos invocados pois julgou-se que, inequivocamente, o plano de trabalhos prevê a sua execução à posteriori, considerando que as datas reportadas pela M. Kairos correspondem a um conjunto alargado de tarefas que vão além das citadas.

Assim, por análise do plano de trabalhos, verifica-se que as datas previstas que constam em plano de trabalhos para o início das tarefas serão:

- ✓ Capítulo 5 – Vinílicos – 12 de Junho 2021 em paredes e 19 de Agosto de 2021 em pavimentos;
- ✓ Capítulo 6 – Tetos falsos – 14 de Junho 2021;
- ✓ Capítulo 7 – Pavimentos em madeira – 21 de Julho 2021.

Assim e nestes termos, o Júri deliberou, por unanimidade, manter inalterada a avaliação das propostas.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a avaliação e ordenação das propostas, nos termos seguintes:

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Posição final (em função do critério de desempate)
1º	<b>COSTEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.</b>	<b>0,263</b>	<b>0,0011</b>	<b>1º</b>
2º	<b>M. KAIROS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.</b>	<b>0,190</b>	<b>0,0039</b>	<b>2º</b>



### III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Assim, o júri deliberou, por unanimidade, propor a ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	<b>COSTEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.</b>	<b>€1.286.365,80</b>	<b>365 dias</b>
2.º	<b>M. KAIROS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.</b>	<b>€1.264.733,69</b>	<b>365 dias</b>

### IV – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **COSTEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€1.286.365,80**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 365 dias.

#### I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 70316 de 11/03/2021.

#### I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

#### I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

#### I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

## **II – Notificação da Adjudicação**

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar a caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Braga, 16 de março de 2021,

O Júri do Procedimento



**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «Dono da Obra»; \_\_\_\_\_

E

**Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.**, com sede na Rua da Veiga, n.º 9, Barreiro, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, 4710-572 Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de €.....(.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificado por «Empreiteiro». \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) Por decisão do presidente da Câmara, de 13 de maio de 2020, no uso de competência delegada pela Câmara Municipal, em reunião de 23 de outubro de 2017, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.9.20.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor; \_\_\_\_\_
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com o cabimento n.º 51830, de 26/05/2020, e com o compromisso n.º 70316, de 11/03/2021, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta do referido compromisso; \_\_\_\_\_
- c) No seguimento da *Análise e Avaliação da Proposta*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*\_\_\_\_\_

- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.**\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na **União de Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede**, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€1.286.365,80 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**



\_\_\_\_ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas. \_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de Fórmula: **F07 – reabilitação profunda de edifícios**. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**  
**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_ O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **365 (trezentos e cinquenta) dias de calendário**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_ 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos, e de acordo com a cláusula 34.ª do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 11.º**

##### **(Liberação da caução)**



**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa **Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@costeira.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º**  
**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não



**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º****(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º****(Vigência)**

\_\_\_\_\_ O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)